



**A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:
um estudo em uma Escola Municipal de Educação Básica na
cidade de Sinop, Mato Grosso**

Josilene Vasconcelos da Silva Camilo*

RESUMO

Este artigo tem como temática a construção currículo na perspectiva da educação especial: um estudo em uma escola de Educação Básica de Sinop, Mato Grosso. A metodologia adotada foi estudo de caso, com análise na perspectiva qualitativa. Fez-se a observação na escola, campo da pesquisa e análise de documentos que orientam a matriz curricular e a legislação do sistema educacional. Observou-se que o currículo da escola está em construção e aperfeiçoamento, e o Projeto Político Pedagógico, em vigor no ano de 2014, é resultado de uma construção coletiva, com a participação dos professores e gestores.

Palavras-chave: Educação Básica. Projeto Político Pedagógico. Matriz Curricular. Educação Especial. Legislação do Sistema Educacional.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos da educação especial em nossa sociedade é fundamental. No Brasil ainda encontramos dificuldades em relação à inclusão de crianças com deficiência na educação básica, apesar do país ter avançado em aspectos legais. Entretanto, na prática, percebemos os desafios para incluir esses alunos no ensino básico, por isso, é importante compreendermos como a escola trabalha a questão da inclusão. De acordo com o Conselho Nacional de Educação a Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, cita no artigo 3 que a

* Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: um estudo em uma escola municipal de educação básica na cidade de Sinop, Mato Grosso**, sob a orientação da Professora Dr.^a Claudete Inês Scroczyński, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, 2015/2. E-mail: josipedagogia@hotmail.com.

educação especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades, tendo esse atendimento como parte integrante do processo educacional. No entanto, levantamos uma questão: as escolas básicas estão preparadas para receberem os alunos que possuem deficiências? Será que as instituições de ensino, possuem um Projeto Político Pedagógico de educação inclusiva para esses alunos? Para respondermos a essas questões, procuramos compreender como é realizado esse processo, numa escola da rede municipal de Sinop.

A escolha do tema deu-se pelo fato de eu conviver com uma criança com deficiência, na minha família, o que me levou a pesquisar para entender melhor como a escola comum constrói o currículo escolar e como ela recebe e inclui os alunos com deficiência. Assim, definimos como objetivo, analisar e compreender como está sendo construído politicamente o currículo de uma escola municipal de educação básica da cidade de Sinop, Mato Grosso, para atender alunos com deficiências, no ensino fundamental.

Para alcançar este propósito, foi necessário analisar o Projeto Político Pedagógico da escola campo, verificar a legislação de ensino que orienta a elaboração do currículo para o ensino fundamental, identificar como a escola campo da pesquisa se prepara para receber os alunos, e compreender como a gestão da escola se organiza em relação à construção do currículo, bem como, observar de que forma os professores estão preparados para elaborar e desenvolver seus planos de aula.

2 A POLÍTICA DE INCLUSÃO E A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

A inclusão de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas comuns de educação básica, ampara-se na Constituição Federal de 1988, que define em seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, garantindo no artigo 208, o direito ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Ainda, no artigo 209, a Constituição Federal estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada atendida as seguintes condições:

- I - Cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II – Autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Na década de 1980 importantes movimentos em favor dos direitos civis provocaram iniciativas com relação à integração da pessoa com necessidades especiais na sociedade. Em 1994 ocorreu um importante movimento realizado na Espanha, a Declaração de Salamanca,

que indicou pela construção de um sistema educacional inclusivo de alunos com deficiências, transtorno global e desenvolvimento, e altas habilidades. Contou com a presença de governadores, chefes de Estado e organizações internacionais, reafirmando o compromisso com a educação para todos, reconhecendo a necessidade da equalização de oportunidades para pessoas com necessidades especiais.

A educação especial é fundamental em todos os níveis de ensino e é necessário que haja interação entre as demais modalidades da educação escolar, como a Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Indígena e Educação do Campo. Em relação à Educação Superior, as regulamentações ainda merecem atenção, entretanto, convém destacar que muitas instituições de ensino superior têm recebido alunos com deficiência.

Na trajetória histórica da Educação Especial em nosso país é grande o desafio da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na educação básica e em menor proporção, na educação superior, pois, esta tem um número bem reduzido de estudantes com tais condições. Percebemos os desafios na preparação dos profissionais, o sistema de ensino deve oferecer formação para os profissionais na área de educação especial para trabalhar com alunos com deficiências.

Refletindo sobre a escola como instituição essencial para o processo de inclusão no âmbito escolar, podemos buscar o conceito de escola no dicionário Scottini (2009, p. 241), que assim se refere: “a escola é entendida como um estabelecimento para ministrar o ensino, o corpo docente e discente de uma instituição; grupo literário, grupo de seguidores de um mestre, experiência”.

A escola é uma instituição que objetiva ministrar o ensino, é um lugar de inclusão, de acesso e permanência a todos que pertencem a uma determinada sociedade, reprodutora da cultura universal, um lugar de crescimento do aluno na sociedade. É uma instituição que independentemente da categoria pública ou privada, a formação por ela promovida deve possibilitar aos alunos o conhecimento de mundo.

O ser público ou privado tem a ver com o agente mantenedor e pode influenciar sua caracterização em termos de política adotada, significando isso a escolha de objetivos, de clientela, de métodos, de filosofia etc. Todavia, o que define a escola, em sua característica mais específica, é um mesmo fator tanto para a privada quanto para a pública: é precisamente o fato de ser um ambiente formativo de identidades. (SILVA, 1990, p. 12).

A escola para ter um bom andamento precisa colocar em ordem todas as ações que devem ser desenvolvidas socialmente e politicamente. Segundo Sacristán e Gomes (1998, p. 14) “a escola tem como função desenvolver o processo de socialização das novas gerações e

garantir a reprodução social e cultural como a sobrevivência da sociedade, a escola introduz as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e o modo de conduta que a sociedade requer”.

A escola, nesta perspectiva, se configura como um espaço de reconstrução e de inovação, oferecendo elementos para a formulação de novas políticas, de planejamentos e projetos. Nesta linha de argumentação Libâneo (2004, p. 149) destaca que:

O planejamento se concretiza em planos e projetos, tanto da escola e do currículo quanto do ensino. Um plano ou um projeto é um esboço, um objetivo, uma meta, uma sequência de ações que irão orientar a prática. A ação de planejar subordina-se à natureza da atividade realizada. No planejamento escolar, o que se planeja são as atividades de ensino e de aprendizagem, fortemente determinadas por uma intencionalidade educativa envolvendo objetivos, valores, atitudes, conteúdos, modos de agir dos educadores que atuam na escola. Em razão disso o planejamento é uma prática de elaboração conjunta dos planos e sua discussão pública.

Neste sentido, as escolas precisam privilegiar os momentos e espaços de planejamento para poder avançar na inserção das políticas de inclusão e principalmente, na materialização na prática pedagógica.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, no artigo 4º, inciso III, é dever do Estado, garantir o atendimento educacional especializado gratuito, aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede pública regular de ensino. No artigo 12, a mesma Lei apresenta que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de:

- I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas- aula estabelecidas;
- IV – Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – Informar pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.
- VIII – Notificar ao conselho tutelar do Município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (incluído pela Lei nº 10.287, de 20. 09.2001).

A política Nacional da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 15), assim define Atendimento Educacional Especializado, (AEE):

[...] como complementar/suplementar à formação dos alunos, especificando que o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Com isso a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 15), tem como objetivo:

garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, orientando para a transversalidade da educação especial, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização, a formação de professores, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade e a articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas.

A escola deve mediante as leis e decretos mencionados, proporcionar uma educação inclusiva, refletir acerca do que deve fazer para melhorar a educação como um todo e construir mecanismos para incluir todo cidadão que precisa da escola. A construção destes mecanismos passa pela construção do currículo.

Para entendermos como ocorre a construção do currículo no âmbito escolar devemos entender o significado da expressão currículo. No **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**, Scottini (2009, p. 179) defini currículo “como carreira, um caminho a ser seguido, algo planejado, consistindo na pré-elaboração de todos os passos a serem seguidos para atingir determinado objetivo, e, também, como todas as matérias que compõem o estudo de um curso escolar”.

De acordo com Sácristán (2000, p.16) o currículo como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que há de se comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor, “[...] é uma prática que estabelece um diálogo entre os agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam etc.”.

O Currículo é o coração da escola e vai além do planejamento do professor. É a identidade, são as ações que são desenvolvidas no âmbito escolar, tanto no quesito social ou no cultural, e todos fazem parte desse processo, professores e gestores.

Silva (2010, p. 147-148) traz que:

Com as teorias críticas, aprendemos que o currículo é definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz culturalmente as estruturas sociais. O currículo tem decisiva influência na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político.

A questão do Currículo, no Brasil, foi posta como um dos temas de debates mais importantes, a partir do momento em que o Governo Federal apresentou as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para os diversos níveis de educação, em corolário à Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

A LDB, Lei 9394 (Lei de Diretrizes e Bases) traz que os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos com necessidades educativas especiais, currículos, métodos, recursos educativos, professores com especialização adequada, educação especial para o trabalho, visando sua integração na sociedade e acesso igualitário.

Percebemos que o maior desafio da escola básica é oferecer um currículo que venha favorecer ao aluno com necessidade especial, inclusão, confiança, seriedade, livres de rejeição e preconceito e professores qualificados para atender a esses alunos. É importante que o município dê o suporte necessário para receber esse aluno com estrutura adequada, materiais, mas, é um desafio a ser sanado.

Silva (1990, p. 38), vem afirmando que o conhecimento que o professor tem da realidade e a sua posição em relação ao saber, influenciam sua atitude para com o currículo a favor ou contra a reprodução. A forma de trabalhar o currículo revela o projeto político pedagógico com que o professor está comprometido. E, ainda afirma que:

O ensino-pesquisa é um recurso muito útil para auxiliar o professor na construção do currículo em sala de aula. Ele investiga seus próprios alunos, coleta elementos para a produção de um conhecimento novo elaborado na análise e reflexão da prática concreta da sala de aula. (SILVA, 1990, p. 39).

Nesta perspectiva, podemos entender que o currículo é tudo o que permeia a escola, incluindo as ações desenvolvidas, o planejamento do professor, o conteúdo pedagógico, a metodologia, o desenvolvimento das aulas. O currículo vai além de um plano de aula, e todos estão envolvidos nesse processo: professores, gestores, alunos, pais, pois o currículo de uma escola se constrói coletivamente. É fundamental que haja a participação de todos, para que o currículo seja organizado dentro de uma proposta pedagógica elaborada de forma conjunta.

No entanto, Sacristán (2000, p. 15) afirma que:

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, em que se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições que chamamos de ensino.

Com isso, para o desenvolvimento efetivo do currículo, em qualidade, o professor deve adotar atitude investigativa, ou seja, análise crítica de sua atividade.

3 CAMINHOS PERCORRIDOS

As escolas regulares estão preparadas para lidar com os alunos que possuem deficiências? Será que as instituições de ensino possuem um Projeto Político Pedagógico de educação inclusiva para os alunos com deficiência? Para respondermos a essas questões procuramos compreender melhor como esse processo foi realizado numa escola pública da rede Municipal de Sinop, Mato Grosso. Para tanto, adotamos metodologicamente o estudo de caso com ênfase na perspectiva qualitativa, pois, de acordo com Yin (2010, p. 24).

O estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir com conhecimentos dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, e políticos. É um método comum na psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, assistência social, administração, educação, enfermagem e planejamento comunitário, e também encontrado na economia, em que um determinado setor ou a economia de uma cidade ou região pode ser investigado.

Nesta perspectiva, os documentos que foram analisados se caracterizam como fontes primárias. Analisamos o Projeto Político Pedagógico da escola campo da pesquisa, e as leis que orientam a Educação Especial, e, para coleta de dados, foi realizada entrevistas semiestruturadas.

Segundo Bertucci (2012, p. 62), “a entrevista semiestruturada ocorre quando é desenvolvido um roteiro de entrevistas básico, entretanto, o pesquisador tem flexibilidade para introduzir, alterar ou eliminar questões, de acordo com a necessidade da pesquisa, identificadas ao longo da entrevista”. E ainda, segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 69):

O entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal.

A entrevista semiestruturada, foi realizada com oito professores e dois gestores da Escola Municipal de Educação Básica e desenvolvido um roteiro com dezoito questões sobre a temática, as análises das reescritas foi realizadas com letras de A a Z.

Esta escola tem como missão:

Favorecer o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores, garantindo assim, serviços educacionais de qualidade, acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola. E como visão tornar uma instituição de referência, reconhecida pela qualidade do ensino-aprendizagem e serviços prestados, com o empenho de toda comunidade escolar. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Em relação à questão da formação de professores no Brasil, na área da Educação Especial, destacamos o relato de alguns professores entrevistados para esta pesquisa, que, com suas falas, contribuem para atestar que falta investimentos na formação humana capacitada para a Educação Especial, fato que reflete no cotidiano das escolas. A professora A relata que:

(01) Professora A: Nós professores não estamos preparados para receber esse aluno, e daí, nós não temos o apoio, um auxiliar técnico dentro de uma sala de aula, aconteceu já mais algum tempo, esse ano nós só temos alguns problemas, mas nada agravante, mas teve um ano, que tínhamos um deficiente bem, não sei, digamos num nível bem elevado, e que precisava de cadeira de roda, carregar, ir ao banheiro, fazer limpeza, tudo, e não tinha uma pessoa na sala, pra poder ajudar, porque quando tem uma criança assim na sala, a secretaria tem que mandar, alguém né, pra ajudar, uma monitora, foi muito difícil e não foi conseguido uma pessoa, para os deficientes mais leves como eu falei, tem um amparo bom pra escola, mas quando vem uma criança um pouco mais grave, a escola não está preparada ainda, não só essa escola, mas todas que eu conversei, com todos professores do município todo, as escolas não estão preparadas, nem o professor pra receber esse aluno.

Para o planejamento do currículo da escola, é imprescindível que se faça reuniões com a equipe pedagógica e, a partir de leituras e debates entre os professores, são feitas as mudanças necessárias, de acordo com os conteúdos que serão trabalhados. Nestes debates, é importante que todos os professores deem sugestões, opiniões e façam análise do que precisa ser mudado para contribuir para a melhoria do aprendizado do aluno. Em relação a esta questão a professora A responde:

(02) Professora A: Nós temos a semana pedagógica, onde é feito também toda a leitura de como foi feito o planejamento do ano anterior, daí é reelaborado o planejamento, cada professor na sua disciplina de acordo com a necessidade e também há algum tempo havia uma reunião que era feita em nível de todas as escolas.

A professora B:

(03) Professora B: É igual eu disse a anteriormente, nós fazemos uma observação é, de todas as disciplinas, de todos os conteúdos programados e fazemos uma observação daquilo que ficou a desejar que falta implementar e daquilo que será implantado, se bem que nós sabemos que é o currículo ele é a base da escola e é ali que você vai estar pautado, toda a orientação do professor, pautado toda uma orientação para escola, o que é o currículo, é tudo aquilo que você trabalha, é tudo aquilo que você vai trabalhar, durante o ano letivo para com o aluno, ele tem que ser reavaliado todos os anos com o projeto político pedagógico, porque um é casado com o outro, eu não posso ter o currículo separado do Projeto Político Pedagógico e nem o currículo do Projeto Político Pedagógico, se não as coisas, não casam, não andam, então um depende do outro, para que a escola tenha esse sucesso.

A professora J:

(04) Professora J: Desde o calendário né, os dias letivos tudo é planejado em conjunto é somado à ideia de todos, respeitar principalmente a ideia, que rege todos os segmentos com tudo que é planejado, que é feito na escola, é feito em conjunto no coletivo.

O planejamento do professor é o primeiro passo para que se tenha uma matriz curricular organizada e pensada aos alunos. Percebemos que o currículo não é algo concluído, ele está em constante construção, onde os professores, gestores e comunidade devem sempre participar, opinando e dando sugestões. Na escola, essa construção acontece no dia a dia, nas dificuldades e soluções encontradas, com fatos que levem os gestores, pais e a comunidade refletirem sobre o que é melhor para sua escola, preocupando-se assim, com uma boa educação para a sociedade.

5 CONCLUSÃO

Percebemos que no currículo da escola campo da pesquisa, o enfoque à Educação Especial e a inclusão do aluno com necessidades especiais está muito vago, sem objetivos delimitados. Observamos que a escola possui limitações físicas, e há, também, certa resistência dos professores para trabalhar com alunos com deficiência, fato que precisa ser discutido entre a gestão e equipe pedagógica, no intuito de que haja uma aceitação melhor

dessas crianças na escola, e a participação dos pais. A escola trabalha tanto na construção do Projeto Político Pedagógico, quanto na disponibilidade de ferramentas com o objetivo de contemplar uma educação de qualidade para todos os alunos que nela estudam, principalmente, os alunos com deficiência, que junto com a família de cada um, colabora com a formação de cidadãos na sociedade.

Os resultados apontam que a escola trabalha com dois alunos com deficiência mental leve, dois superdotados e um cadeirante. O currículo da escola sempre está em organização e construção, portanto, algo inacabado e deve ser construído pelos professores para avançar.

Para o trabalho na sala de recursos, há uma professora com especialização em Educação Especial, que atende cinco alunos, individualmente.

Com base nas entrevistas percebemos que a maioria dos professores sente insegurança ao trabalhar com aluno especial na sala de aula, e para que esse trabalho pedagógico surja efeito positivo, é necessária a ajuda de um auxiliar na sala. Na sala de recursos há materiais pedagógicos, jogos lúdicos para desenvolver o raciocínio lógico, atividades diferenciadas, computador adaptado. Devido a reforma da escola há pouco tempo, a professora relatou que ainda faltavam alguns materiais a serem entregues pela da Secretaria Municipal de Educação.

**THE CONSTRUCTION OF CURRICULUM PERSPECTIVE
MATRIX SPECIAL EDUCATION:
a study in a Municipal School of basic education in
City of Sinop, Mato Grosso**

ABSTRACT¹

This article has as theme curriculum construction in the perspective of special education: a study on a Basic education school of Sinop, Mato Grosso. The methodology adopted was case study, with a view to qualitative analysis. The observation was made at school, field of research and analysis of documents that guide the curriculum matrix and the law of the education system. It was observed that the curriculum of the school is under construction and improvement, and the Pedagogical political project, in force in the year 2014, is the result of a collective construction, with the participation of teachers and administrators.

¹ Tradução realizada por Patrícia Aparecida da Silva do Conselho de Tradutores para Línguas Estrangeiras (CTLE) da **Revista Eventos Pedagógicos**.

Keywords: Basic Education. Pedagogical Political Project. Curriculum Matrix. Special Education. Law of the education system.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9394/96). Ministério da Educação, 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial- MEC/SEESP 2008. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **Resolução N.º. 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na Modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2015.

PROFESSORA A. **Professora A**: depoimento. [30 de Maio. 2014]. Entrevistadora: Josilene Vasconcelos da Silva Camilo trabalho de conclusão de curso A construção da Matriz Curricular na perspectiva da educação especial: um estudo em uma escola de educação básica na cidade de Sinop Mato Grosso.

PROFESSORA B. **Professora B**: depoimento. [03 de Jun. 2014]. Entrevistadora: Josilene Vasconcelos da Silva Camilo trabalho de conclusão de curso A construção da Matriz Curricular na perspectiva da educação especial: um estudo em uma escola de educação básica na cidade de Sinop Mato Grosso.

PROFESSORA J. **Professora J**: depoimento. [dia23 de jul. 2014]. Entrevistadora: Josilene Vasconcelos da Silva Camilo trabalho de conclusão de curso A Construção da Matriz Curricular na perspectiva da educação especial: um estudo em uma escola de educação básica na cidade de Sinop Mato Grosso.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário escolar da língua Portuguesa**. Blumenau: Todo livro Editora, 2009.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial, MEC/SEESP, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Recebido em: 24 de setembro de 2015.

Aprovado em: 27 de outubro de 2015.